

(IN)ACESSIBILIDADE À JUSTIÇA

VINÍCIUS ARAÚJO MACÊDO, BEATRIZ PINTO SECUNDO, PÂMELA CHRISTINA SILVA TAVARES, LAURA SANTOS SILVA, INGRID LAIS SANTOS COSTA, ANTÔNIO CLÉCIO DA ROCHA SOUSA JÚNIOR, FRANCISCA EDINEUSA PAMPLONA DAMACENA

Em tempos de descrédito com a democratização da justiça frente à inexpressividade do acesso aos direitos humanos fundamentais, por parte da população mais vulnerável, a Universidade, consciente de seu papel na vida dos docentes e de toda população, contribui para uma sociedade mais justa, igualitária e pluralista como prega a Constituição Cidadã. Diante dessa reflexão, o projeto “Direito ao alcance de todos” visa prestar assistência às famílias que desconhecem os seus direitos fundamentais garantidos na Carta Maior, além da propagação de quais órgãos podem ajudá-las na busca da efetividade dos seus direitos, tais como a Defensoria Pública e o Núcleo de Práticas Jurídicas da URCA. Através das pesquisas teórica e prática são realizados levantamentos das necessidades da comunidade para que sejam realizadas palestras, oficinas e círculos de paz que buscam a resolução de conflitos pelos métodos extrajudiciais, assim como orientar sobre os órgãos que podem ser procurados para a resolução dos conflitos mais complexos que necessitam da judicialização. Busca-se articular os 3 elementos da Universidade (ensino, pesquisa e extensão) por meio da assistência jurídica prestada nos bairros. Desenvolver nos graduandos do curso de Direito uma formação cidadã ética a serviço da sociedade, gerando a conscientização para que utilizem o conhecimento adquirido na Universidade a fim de proporcionar melhoria da qualidade de vida da população. Estimular, ainda, a prática da cidadania, pois todos têm o direito de ser cidadão e a obrigação de agir como tal, reivindicando direitos e participando da vida política. Como trata-se de um projeto em fase inicial de desenvolvimento, os resultados parciais verificados são: a receptividade da comunidade, a disseminação dos direitos fundamentais e dos órgãos que prestam assistência jurídica gratuita, a inserção da academia beneficiando a população, assim como a importância do diálogo na resolução dos conflitos. Portanto, garantir o direito à vida digna, visto que esse é o principal princípio norteador do Direito. Ademais, a missão como promotor da paz natural e da efetivação dos direitos previstos pelo constituinte se dá também por aqueles que se encontram na Universidade, reconhecendo-se o importante papel desta na vida não só da comunidade acadêmica, mas principalmente na efetivação da democratização da Justiça perante todos, formando acadêmicos atuantes além dos muros das universidades.

PALAVRAS-CHAVE: ACESSO; JUSTIÇA; ASSISTÊNCIA; DIREITOS

ÁREA TEMÁTICA: DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

FORMA DE APRESENTAÇÃO: ORAL